

MANIFESTO POR UMA NOVA ESQUERDA

Fundação Cuidar o Futuro

Lisboa, 24 de Julho de 1960



1 - A situação criada com a vitória da AD nas últimas eleições legislativas representa a vitória de um projecto político que aponta para a reconstituição do sector monopolista, o confronto directo com o movimento popular, a degradação das condições de vida dos trabalhadores e o esvaziamento das conquistas e direitos alcançados. Trata-se um projecto político que, no plano interno, visa a subversão do actual regime constitucional e, no plano externo, o alinhamento incondicional com os sectores imperialistas ocidentais mais conservadores.

A vitória política da AD resultou, em grande medida, da generalizada crise da esquerda que não revelou capacidade para dar resposta social, cultural e teórica aos interesses e anseios dos trabalhadores e de largas camadas do povo, nem para constituir uma alternativa política global à dominação burguesa e apresentar um credível projecto de mudança à exploração e opressão do quotidiano da sociedade capitalista.

2- Neste quadro a luta pela transformação socialista de Portugal exige, no curto prazo, colocar como objectivos centrais a derrota política da AD nas próximas eleições legislativas e presidenciais, mas não pode esgotar-se nesses objectivos. É necessária uma nova esquerda a que corresponda uma prática política nova e, no futuro, uma nova expressão orgânica.

Ser revolucionário e marxista, hoje, é actuar para construir com rigor e paciência essa nova prática política de esquerda, com plena autonomia relativamente aos partidos reformistas tradicionais e às suas dependências. Acção que passa, no imediato, por abrir espaço a uma dinâmica política, social e cultural cujo sentido aponte para a transformação radical da sociedade capitalista e da vida quotidiana. Acção que contribuirá, a prazo, para a transformação global da esquerda.

3- Os objectivos políticos que, no imediato, nos propomos prosseguir são fundamentalmente os seguintes:

- derrotar a AD nas próximas eleições legislativas e presidenciais;

- evitar o quadro de bipolarização partidária da sociedade portuguesa;

- contribuir para a desbloqueamento do monopólio do PCP sobre os movimentos sociais;

- criar condições para a formação de uma força política capaz de organicamente ser portadora de uma nova prática de es-

querda.

4- A nossa intervenção nas batalhas eleitorais que se aproximam passa pelo estabelecimento de um acordo político eleitoral e de um acordo orgânico com a FRS ou com o PS. Acordo político deverá contemplar nomeadamente os seguintes pontos:

- condições de apoio a um governo;
- critérios de revisão constitucional;
- definição de estatuto de autonomia consagrando es

pecificamente a garantia de uma posição autónoma relativamente às eleições presidenciais

5- O projecto consubstanciado no discurso e na prática política de Eanes que congrega hoje apoios diversificados e contraditórios, à esquerda e à direita, deve ser entendido na sua verdadeira dimensão. Representa uma componente militar e conservadora do bloco central que tem subjacente um projecto de democracia tutelada e não de democracia aprofundada; de pacto social sob a direcção do capital e não de consenso social para a transformação socialista; de alinhamento dependente com o imperialismo e não de autonomia e não-alinhamento.

Assim, só a crise profunda da esquerda pode vir a explicar que a candidatura de Eanes seja assumida, numa segunda volta, como alternativa concreta à AD e ao golpismo.

Não esquecendo que o objectivo central é a derrota do candidato apoiado pela AD manteremos total autonomia relativamente ao projecto político de Eanes designadamente nas próximas eleições presidenciais.

A SITUAÇÃO DA ESQUERDA

6- O recente fracasso do projecto FUP exprime, na conjuntura actual, a inexistência de um projecto revolucionário partidariamente alternativo às forças políticas da esquerda tradicional (PS E PCP).

A chamada esquerda revolucionária está num impasse político irreversível já que não revela capacidade para produzir alternativas nos planos social e cultural mas também político que ultrapassem a mera radicalização das propostas do PCP. A persistência do esquerdismo, do radicalismo e do ortodoxia miópe dos dogmas teóricos e dos métodos de intervenção da "esquerda revolucionária" conduzirá a sucessivas derrotas políticas e a uma dependên-



cia cada vez maior relativamente ao PCP.

7 - O PCP não constitui um projecto alternativo global à ordem capitalista por três ordens de razões:

-propõe um modelo de sociedade burocrático e autoritário em que a estatização da economia não significa uma lógica qualitativamente distinta da lógica capitalista, não assenta na iniciativa criadora das massas populares e pressupõe a abolição dos direitos e liberdades individuais;

-propõe, ao contrário de alguns PCs da Europa Ocidental, a dependência estrita do bloco soviético, o que é frontalmente contraditório a um projecto de independência nacional baseado na solidariedade e livre soberania dos Povos;

-propõe uma prática social e política que já se demonstrou ser ineficaz em termos de transformação real do país e que vá ao encontro dos interesses das mais largas camadas sociais interessadas no socialismo.

8- No quadro da bipolarização partidária existente o crescimento eleitoral e de influência de massas do PCP, que só pode ser obtido à custa da área socialista, é gerador de bloqueamentos na transformação social porque:

- não sendo o PCP uma alternativa de governo, mas principalmente uma força de resistência, contribuirá para manter no poder durante largos anos a direita;

- acentua a monopolização pelo PCP dos movimentos sociais, em particular, pelo domínio do movimento sindical;

- diminui a margem de manobra para a intervenção da área socialista, democrática e independente.

9- O PS, previligiando de forma quase absoluta a acção institucional, apresenta-se como o defensor do "socialismo democrático". Colocando-se na tradição do republicanismo, assume como bandeira ideológica a defesa da democracia formal mas proseguiu, enquanto governo, uma política dúbia o que lhe fez perder credibilidade à esquerda e à direita e abrir o caminho do poder à AD.

O PS tem contudo uma base social de apoio que, pelo seu carácter inter-classista, configura um bloco que é indispensável unir para a transformação socialista do país.

10 - O PS, no actual quadro político, surge como o polo aglutinador de um bloco central formado por forças e sectores politicamente heterógeneos que resulta de condicionalismos conjunturais.

Adoptaremos face ao PS um posicionamento distinto do que assumimos em relação ao PCP por razões ideológicas e fundamentalmente por razões táticas:

No plano ideológico porque deve ser assumida, em pleno, a valorização da defesa dos direitos, liberdades e da democracia no combate a todas as tendências e manifestações de autoritarismo nos planos social e político;

No plano tático porque o PS é a única força política que pode ser a base real de um governo alternativo à AD. Além disso o fortalecimento do bloco central permitirá no imediato combater as consequências políticas nefastas do actual quadro de bipolarização partidária e abrir um espaço de intervenção e influência da área política em que nos situamos.

11- Assumir um posicionamento político preferencial com o PS e o bloco central não significa cegueira quanto à sua natureza e às suas limitações. Não significa erigir em princípio de actuação a escolha do mal menor. Significa a opção necessária para quem aposta, a prazo, numa força política capaz de organicamente ser portadora de uma nova prática de esquerda e corresponder a um amplo bloco social.

POR UMA NOVA PRÁTICA DE ESQUERDA

12 - Contribuir para uma nova prática de esquerda, pressupõe assumir e afirmar, com coragem e desde já, um conjunto de princípios básicos que sumariamente se enunciam:

- defesa firme dos direitos, liberdades e da democracia, do seu alargamento com aprofundamento da iniciativa popular a todos os níveis da sociedade. Crítica às concepções que separam democracia e socialismo quer para "meter o socialismo na gaveta", quer para legitimar um "socialismo" burocrático e autoritário que reduz os "interesses do povo" aos dos que exercem o poder de estado;

- defesa de uma nova ordem social e económica orientada para a satisfação das necessidades económicas, sociais e culturais dos homens;



- defesa de uma ordem internacional baseada na solidariedade e livre soberania dos povos o que implica a rejeição da lógica imperialista da divisão do mundo em blocos e partilha de áreas de influência. Afirmção de um projecto de independência nacional, apoio activo aos movimentos anti-imperialistas e a uma política externa de não alinhamento.

13 - Contribuir para uma nova prática de esquerda pressupõe assumir, com lucidez, as dificuldades do longo caminho a percorrer. É pois uma opção essencial orientar a acção, nos planos político, social e cultural, para áreas e temas em que possa atingir maior eficácia, nomeadamente:

- descentralização do Estado, desenvolvimento regional equilibrado, poder local das comunidades e participação popular nas decisões que directamente lhes dizem respeito;

- anulação da influência da direita no Movimento Sindical Português; combatendo as perspectivas do PCP e do PS de instrumentalizar a acção desse Movimento aos seus interesses partidários. Afirmção do projecto sindical autónomo que dê vida nova ao Movimento Sindical Português, erguendo-o, democraticamente e participadamente, a partir dos locais de trabalho e renovando a sua eficácia na defesa dos interesses reais dos trabalhadores. Antecipação do Movimento Sindical com os restantes movimentos sociais, nomeadamente no campo cooperativo, da habitação, consumo, etc;

- resposta aos problemas globais da juventude. Dinamização de uma nova política e prática culturais.

14 - Contribuir para uma nova prática de esquerda pressupõe a criação de condições para a sua afirmação e desenvolvimento progressivos o que exige uma correcta articulação entre as movimentações sociais de base e a presença e acção a nível institucional. Assim torna-se necessário abrir um espaço político e uma zona de influência com a expressão orgânica correspondente à fase actual.

15- Os subscritores do presente Manifesto assumem-se como parcela dinâmica da área política da Esquerda Socialista Independente, hoje dispersa, e vocacionam a sua intervenção no sentido de contribuir para a unificação, a prazo, dessa área política e constituem-se em "Comissão do Manifesto por uma Nova Esquerda" com as seguintes funções:

1- reunir periodicamente para analisar e tomar posição sobre a evolução da situação política;

2- realizar Encontros, em vários pontos do país, com mi-

litantes desta área de esquerda com o sentido de contribuir para a sua progressiva unidade ideológica e política;

3- debater a viabilidade e oportunidade de lançamento de uma Associação Política de Intervenção com expressão nacional;

4- organizar um amplo movimento de apoio à participação nas listas da Frente Republicana e Socialista de candidatos independentes desta área política.

A "Comissão do Manifesto por uma Nova Esquerda" é uma Comissão aberta a novas adesões na base do apoio político ao presente Manifesto.

Lisboa, 24 de Julho de 1980

Acácio Barreiros - ex-deputado da UDP;

Agostinho Roseta - sindicalista;

Alberto Martins - professor do I.S.S.S., Porto;

Eduardo Ferro Rodrigues - economista;

Rui Canário - professor;

Vitor Wengorovius - advogado;

Alberto Castro - professor da F.E.P., Porto;

António Bento - funcionário público;

António Gomes "Caetano" - cooperativista, Beja;

Artur Lima Basto - médico, Braga;

Carlos Beato - sindicalista, membro da Assembleia Municipal de Loures;

Carlos Mendonça - advogado, Ovar;

Carlos Vargas - sindicalista, Faro;

Celso Cruzeiro - advogado, Aveiro;

Eduardo Graça - funcionário público;

Fernando Ribeiro Mendes - economista;

Fernando Sousa - sec. da Junta de Freguesia de Macieira de Sarnes, S.J. da Madeira;

Francisco Farrica - sindicalista;

Joaquim Venâncio - sindicalista, membro do Secretariado da União dos Sindicatos de Lisboa;



- Jacinto Martins - membro da Assembleia Municipal de Albergaria-
-a-Velha;
- Jacinto Rodrigues - professor da ESBAP, Porto;
- José António Roseira - animador cultural, Porto,
- José Carlos Albino - cooperativista;
- José Eduardo Tavares - presidente da Assmbleia de Freguesia de
Macieira de Sarnes, S.J. da Madeira;
- José Galamba de Oliveira - licenciado em Direito;
- José Vilaça - jornalista;
- João Paulo Amorim - médico;
- João V. Lopes - ex-dirigente da UDP;
- Luisa Ivo - professora, Braga;
- Manuel Pires - sindicalista;
- Manuel Raimundo - sindicalista, ex-presidente do Sindicato dos
Texteis do Sul;
- Rui Afonso - advogado;
- Salustiano Fernandes - médico, Vila Real;
- Vitor Silva - professor, Beja;

Fundação Cuidar o Futuro